



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

25/10/2016 - Telesíntese

Lucro da Telefônica Brasil cresce 9,6% no 3º tri

Operadora registrou crescimento de receita na telefonia móvel e na TV paga mesmo com retração da base de clientes por conta de aumento do pós-pago e das assinaturas de IPTV, mais caras. Na banda larga fixa, melhorou o resultado e expandiu a base. Já a telefonia fixa mantém a trajetória descendente, de perda de clientes e de receita.



A Telefônica Brasil divulgou na noite de hoje, 25, após o fechamento do mercado os resultados financeiros para o terceiro trimestre do ano. No período, registrou aumento de receitas de 2,2% em relação a um ano antes, somando R\$ 10,38 bilhões. Se destacou o serviço de telefonia móvel, cujas receitas cresceram 4,9%, atingindo R\$ 6,13 bilhões.

Os lucros antes de impostos e amortização (EBIT-DA) recorrente aumentaram 8,1%, para R\$ 3,4 bilhões, enquanto os custos operacionais caíram 1,9%, a R\$ 7,2 bilhões. Os investimentos (Capex) ficaram estáveis, em R\$ 2,12 bilhões, focado em expansão do 4G e do FTTx. O lucro líquido cresceu 9,6%, para R\$ 952,7 milhões — 36% maior que o registrado no segundo trimestre, período ainda impactado por custos da aquisição da GVT.

No relatório a empresa chama atenção para o avanço das adesões de usuários pós-pagos. Essa base cresceu 6,8%, enquanto o total de acessos da empresa (entre fixo, móvel, banda larga e TV) caiu 6,2% em relação ao terceiro trimestre de 2015, para 97,2 milhões de clientes.

Com mais pós-pago, aumentou também a receita média por usuário (APU). Esta cresceu 14,9%. A ARPU de dados cresceu 35%, e já equivale a 58,9%

do ARPU total. Na banda larga fixa, a empresa diz que já tem 56,3% da base com acessos por fibra, após crescimento de 8,6% em um ano. Atrrelada à chegada da fibra, a TV paga por IP cresceu 38,5%, resultando em aumento da ARPU de 12,4%, embora tenha havido queda de 3,7% na quantidade de assinantes em um ano.

Mas se a empresa conseguiu avançar em faturamento na telefonia móvel, na TV paga e na banda larga fixa, o mesmo não pode dizer da telefonia fixa. Neste caso, registrou retração de 3,9% na quantidade de acessos em um ano, somando 14,6 milhões de clientes. O ARPU do STFC caiu 4,3%, para R\$ 42,2. A receita com a divisão caiu 1,4%, para R\$ 4,25 bilhões.

Janeiro a setembro

Nos primeiros nove meses do ano, a Telefônica Brasil apurou R\$ 31,6 bilhões de receita operacional líquida (+8% sobre 2015). O EITDA avançou para R\$ 10,39 bilhões (+12%), e o lucro líquido, para R\$ 2,87 bilhões (+29,5%), enquanto os custos caíram 1,9% e o Capex encolheu para R\$ 5,38 bilhões (-9,4%). O endividamento bruto caiu 17,7%, para R\$ 8,84 bilhões, e a líquida 18,1%, para R\$ 2,99 bilhões (equivalente a 0,22x do EBITDA).

25/10/2016 - Telesíntese

Gastos com TI vão crescer para R\$ 236,1 bilhões no Brasil, em 2017

Já as projeções do Gartner para o segmento de dispositivos preveem expansão de 5,3%



Os gastos com TI no Brasil devem atingir R\$ 236,1 bilhões em 2017, um aumento de 2,9% comparado a 2016, de acordo com o Gartner. A consultoria explica que o ganho se dará com o fortalecimento do Real, o que deve ajudar as empresas a atualizar suas tecnologias – movimento que ficou em suspenso no último ano.

Projeções do Gartner para 2017 em relação a 2016 apontam que o segmento de dispositivos (incluindo PCs, tablets, celulares e impressoras) no Brasil deve atingir um total de R\$ 46 bilhões, um aumento de

5,3%. Os gastos com sistemas de Data Center totalizarão R\$ 6,8 bilhões, uma queda de 1,4% sobre 2016.

Já as despesas com software irão chegar a R\$ 14,6 bilhões, crescendo 7,8%. Gastos com serviços de TI alcançarão R\$ 55,4 bilhões em 2017, um aumento de 6,3%, e os serviços de comunicação devem ter um crescimento estável, totalizando R\$ 113,3 bilhões em 2017. Software e serviços de TI serão a chave para o desenvolvimento da infraestrutura da civilização. (Com assessoria de imprensa)



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

26/10/2016 - Convergência Digital

Donas de torres de celular fogem de regulamentação da Anatel

Desde 2009, as torres de celular precisam ser afastadas pelo menos 500 metros umas das outras. A regulamentação disso, no entanto, jamais saiu e uma nova proposta está à mesa. O mercado, porém, mudou. Metade das torres não pertence mais as operadoras móveis. E as novas donas dessa infraestrutura acham que a Anatel não tem competência sobre elas.

“ A legislação restringe a competência da agência às prestadoras de serviços de telecomunicações. Aquilo que é padrão técnico de insumo pode ser regulamentado, como questões de certificação. Mas ninguém cogita regulamentar o preço do cabo de fibra óptica, do fornecimento de aço ou o valor de aluguel de terrenos usados pelas operadoras”, sustentou o advogado Eduardo Carvalhaes, em nome da Abrintel, em audiência pública realizada nesta quarta, 26/10.

A entidade representa seis empresas que detêm metade das cerca de 70 mil torres existentes no Brasil. E ao marcar um alcance ao braço da Anatel, tenta escapar, na prática, de duas obrigações que virão junto com o novo regulamento proposto: inserir ofertas públicas para o aluguel das torres no sistema eletrônico da agência para negociações de atacado e ajustar aquelas torres que estejam afastadas a menos de 500 metros.

No geral, a agência chegou a calcular em 15 mil as torres que precisariam ser ajustadas. Mas estão sendo avaliados critérios adicionais – como a exclusão da regra daquelas torres instaladas no topo de prédios – e a conta no momento está próxima de 4 mil torres. A Abrintel estima que metade delas são de suas associadas.

Na mesma audiência, a Oi chegou a defender que o ajuste nas torres só deve se dar a partir das novas

instalações. A Anatel descarta esse entendimento porque trata-se de algo previsto em Lei. A regra dos 500 metros foi originalmente prevista na Lei 11.934/09, sobre radiação não-ionizante. Essa lei, sancionada em maio de 2009, acabou servindo como marco temporal pois a Lei 13.116/15, chamada de Lei das Antenas, prevê expressamente que a regra dos 500 metros vale para todas as estruturas instaladas depois de 5/5/09.

O cheiro é de uma disputa judicial em futuro próximo. Como ressaltaram os representantes da Anatel na audiência, o entendimento é de que a regra proposta pela agência chegará a todos, visto o exposto no artigo 15 da Lei das Antenas, que prevê a regulamentação da Anatel e fala em “detentoras” de infraestrutura. Para as ‘detentoras’ a Lei das Antenas não mudou a LGT, que restringe a competência da Anatel às prestadoras de telecom

“Posso assegurar que esse debate será intenso. As detentoras estão definidas na própria Lei das Antenas, que e expande o conceito de infraestrutura detida por prestadora, portanto parece em primeira leitura que houve intenção do legislador de que a Anatel acompanhasse e pudesse regulamentar a transparência dessas ofertas”, rebateu o superintendente de Planejamento e Regulamentação, José Bicalho.





Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

25/10/2016 - Convergência Digital

Revisão do modelo: Menos regras, mais investimentos para a banda larga

De certa forma, parece uma segunda privatização do setor de telecomunicações. O principal argumento em defesa do projeto de lei 3453/15 é que a desregulamentação que ele promove vai desamarrar a iniciativa privada, liberando recursos que hoje são obrigatoriamente destinados à telefonia fixa para que sejam alocados de forma mais eficiente, no caso, em banda larga.

“O PL atualiza a Lei Geral de Telecomunicações, tirando recursos investidos em telefonia fixa para a massificação da banda larga. Todo esse recurso será carreado para a banda larga”, resumiu o presidente-executivo do Sinditelebrasil, o sindicato nacional das operadoras, Eduardo Levy. O projeto foi o centro do debate realizado nesta terça, 25/10, pela CCJ da Câmara dos Deputados.

Na visão das empresas, o setor já viu algo semelhante, quando foi negociada a troca de obrigações de instalar postos de serviços (fax, telefone e internet discada) pela instalação de acesso a internet em todas as escolas públicas urbanas do país.

“Hoje, 80 mil escolas públicas brasileiras tem gratuidade de acesso a banda larga graças a uma troca de obrigações que já não fazia mais sentido. Este projeto é mais complexo, mas tem abrangência muito maior. Se aquele era um projeto de banda larga para as escolas, este é um projeto de banda larga para todos os brasileiros”, lembrou Eduardo Levy.

O governo está alinhado com essa ideia. “O ministério apoia esse projeto de lei e entende que é um dos instrumentos mais relevantes para a retomada do crescimento do setor de telecomunicações e para a viabilização de políticas públicas no curto e médio prazo”, afirmou o secretário de telecomunicações do MCTIC, André Borges.

Segundo ele, “o projeto permite que a concessão seja adaptada para autorização e por conta dessa alteração prevê um preço que corresponde à transferência da onerosidade da concessão para obrigações de investimentos em conectividade, ou seja, em banda larga, de acordo com os projetos e a política pública do governo.

Ou seja, haverá uma conta aproximada do tamanho da vantagem com a troca – o fim das obrigações, taxas e bens reversíveis, etc – e o valor resultante será direcionado a aportes em redes a serem indicadas pelo que virá a ser um novo plano de incentivo à massificação de acesso a internet. Ou ainda nas palavras do autor do PL, Daniel Vilela (PMDB-GO), “queremos transformar os investimentos obrigatórios em orelhão e transferir para banda larga”.

A Anatel é igualmente favorável, pois entende que a telefonia fixa está condenada e é preciso ajustar o marco regulatório a nova realidade. “serviço está em estágio de obsolescência. As concessões se encerram em 2025 e o serviço a ser levado a um leilão futuro já não é atrativo. Os bens reversíveis desestimulam a alocação eficiente de recursos, a ampliação de redes e atração de investimentos, ao ponto de as operadoras fazerem redes paralelas, uma rede reversível, outra para o novo ambiente multisserviços.”





Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

25/10/2016 - Vermelho

PEC 241 ataca direitos do povo e preserva privilégios dos ricos

O governo Michel Temer apresentou a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241 sob o argumento de que é preciso equilibrar as contas públicas. O novo regime fiscal impõe limites aos gastos com direitos sociais, enquanto mantém intocados privilégios e injustiças. Congela despesas com saúde, educação e assistência social, que atendem à maioria da população, mas não menciona o que é pago com juros da dívida ou aquilo que o governo deixa de arrecadar, em benefício do topo da pirâmide social.

“ A PEC 241 é o funeral dos direitos sociais da Constituição de 1988”, resume o economista Evilásio Salvador, doutor em Políticas Sociais e professor da UnB.

A proposta, que tramita no Congresso Nacional, estipula que os gastos primários do governo – que não incluem os de natureza financeira –, só poderão crescer, no máximo, o equivalente à inflação do ano anterior. Se aprovada, a regra valerá por 20 anos, mesmo que o Produto Interno Bruto (PIB) cresça, a população aumente ou governos que pensem diferente sejam eleitos.

Salvador destaca que a PEC vai contra a Carta de 1988, ao minar o financiamento para as políticas sociais e inviabilizar, assim, a concretização dos direitos assegurados pela legislação.

“ Só existe a garantia dos direitos quando você assegura o orçamento e o financiamento das políticas sociais. A Constituição estabeleceu, por exemplo, as contribuições sociais, vinculadas à seguridade social, que garantem o financiamento das políticas de previdência, saúde, assistência social e do trabalho. Estabeleceu também o gasto mínimo obrigatório com algumas políticas sociais, como educação e saúde. O que a PEC faz é acabar com isso”, afirma.

Ao restringir o orçamento, o governo Temer estaria retirando a capacidade de expansão dessas políticas sociais, aponta Salvador. “ Elas vão perder espaço dentro do fundo público, em nome de uma captura dos recursos públicos para pagamento de juros e amorti-

zação da dívida. Isso é a PEC”, critica.

Ao rentismo, tudo

A proposta de Temer para sanar os problemas fiscais do país se concentra nas despesas primárias, que inclui os gastos com saúde, educação, assistência social, defesa nacional, habitação, segurança, etc., e exclui o pagamento de juros da dívida. Mas, como mostra o professor de Política Social da UnB, as principais dificuldades orçamentárias do país não dizem respeito a esses direitos sociais ou a gastos com pessoal.

“ Pelo contrário. Estes gastos estão mais que equilibrados. O orçamento da seguridade social mantém a mesma participação relativa dentro dos gastos totais da união há muito tempo. Os gastos com pessoal estão encolhendo em relação à receita corrente líquida. O que de fato compromete muito o orçamento público são os gastos destinados ao capital portador de juros ou aos rentistas”, indica.

Quadro 4: TAXAS REAL DE CRESCIMENTO DAS RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL, POR PERÍODO DE GOVERNO, CONVERTIDAS PELO DEFLATOR IMPLÍCITO DO PIB.

Elaboração própria. Nota: As despesas de 2015 com a quitação dos passivos junto a bancos e fundos públicos contraídos foram distribuídas de acordo com seu período de competência.

Discriminação	1998-2002	2002-2006	2006-2010	2010-2014	2014-2015
Receita total	6,5%	4,7%	3,6%	1,5%	-6,0%
Despesa total	3,9%	5,2%	5,5%	3,8%	-2,9%
Pessoal	3,4%	0,7%	4,1%	-0,3%	1,8%
Benefícios Sociais	6,0%	8,8%	4,5%	4,3%	0,4%
Subsídios	-14,3%	32,3%	14,9%	23,8%	-10,3%
Custeio	2,9%	3,6%	4,8%	4,7%	-5,3%
Investimentos	-4,2%	2,3%	24,0%	0,3%	-41,4%
Outras despesas de capital	2,9%	-5,9%	11,4%	-2,5%	-14,7%
PIB	2,3%	3,5%	4,6%	2,2%	-3,8%

Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/288771-1>



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

26/10/2016 - Carta Capital

Tereza Campello: “A chance de o Brasil voltar ao Mapa da Fome é enorme”

Com a PEC 241, o País pode chegar a 2036 com metade dos recursos para a assistência social que tinha nos anos 1990, alerta a ex-ministra

O congelamento de gastos públicos por 20 anos, aprovado pela Câmara na terça-feira 25, ameaça o conjunto de políticas que permitiu a ascensão social de milhões de brasileiros ao longo dos últimos anos, avalia a ex-ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello. “ Com a PEC 241, chegaríamos em 2036, na melhor das hipóteses, com recursos que tínhamos no início dos anos 1990”, alerta.

Economista de formação e uma das idealizadoras do programa Bolsa Família, Campello explica que, como se trata de um setor menos consolidado no Brasil do que a saúde e a educação, por exemplo, a assistência social estará mais vulnerável às investidas do aperto no orçamento.

“ A chance de o Brasil voltar ao Mapa da Fome é enorme”, afirma Campello. “ Tem uma frase muito forte que diz que problema social não é erradicado. Você não erradica a fome, ela pode voltar a qualquer momento, basta descuidar dessa situação” .

CartaCapital: O que representa a PEC 241 para a assistência social?

Tereza Campello: É o enterro do que a Constituição estabeleceu como perspectiva para a política social no Brasil. No caso da assistência social, chegaremos, na melhor das hipóteses, com recursos que nós tínhamos no início dos anos 1990. É um retrocesso muito grande, considerando o quanto pudemos avançar nesse período.

De todas as políticas previstas na Constituição, eu diria que a assistência social é a mais vulnerável ao sucateamento. Apesar de ser uma área de atuação muito antiga no País, é recente a concepção de que se trata de um direito universal, de que o Estado é obrigado a ofertar esse tipo de política a todo cidadão.

Quem de fato fica vulnerável é a população mais pobre, as crianças em situação de violência, as mu-

lheres, a população de rua. Com o congelamento dos recursos, todas as áreas serão impactadas, mas áreas mais consolidadas como política pública, a exemplo da saúde e da educação, têm mais condição de resistir. De acordo com os estudos feitos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), ao final de 2036, os gastos na área social encolheriam para 0,7% do PIB. Em 2015, eles representaram 1,26%.

CC: Os estados e municípios também podem ser afetados?

TC: Sem dúvida. Na assistência social, o principal operador é o município. Está nas mãos dos prefeitos a execução das políticas sociais, a exemplo dos abrigos para crianças em situação de rompimento de vínculo familiar. O governo federal ajuda a custear, mas esse co-financiamento vai desaparecer. Acho que os novos prefeitos que assumirão em 2017 não estão cientes dessa realidade com a qual vão se deparar.

“ Os novos prefeitos que assumirão em 2017 não estão cientes da realidade com a qual vão se deparar”

Os prefeitos precisam se dar conta que os recursos para a assistência social ficarão completamente comprometidos, pode ser preciso cortar benefícios do Bolsa Família. Hoje, há uma grande rede de assistência co-financiada pelo governo federal, que são os Centros de Referência em Assistência Social, construídos ao longo dos últimos 10 anos.

São mais de 10 mil equipamentos no Brasil que o governo federal ajuda a financiar. Esse financiamento tende a desaparecer. Se isso acontecer, será muito grave, porque todo o encargo passará a ser responsabilidade do município, já que os governos estaduais financiam muito pouco.

Leia mais em:

<http://www.cartacapital.com.br/politica/tereza-campello-a-chance-de-o-brasil-voltar-ao-mapa-da-fome-e-enorme>



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

26/10/2016 11:24 - Carta Maior

A PEC 241 e a privatização

Ao estabelecer o garrote na capacidade orçamentária, o governo impede o aperfeiçoamento da rede pública hipotecando o futuro aos desejos do capital privado

Uma das principais consequências que o golpeachment pode proporcionar ao País refere-se à implementação de um conjunto de medidas que já haviam sido sistematicamente rechaçadas pelas urnas nas eleições presidenciais de 2002, 2006, 2010 e 2014. A agenda assumidamente conservadora envolvida nas candidaturas de Serra, Alckmin e Aécio não conseguiu convencer a população e a opção majoritária sempre foi no sentido de apoiar o processo político visando a consolidação da melhoria da distribuição de renda e da diminuição das desigualdades.

As dificuldades que começaram a surgir no domínio da política macroeconômica terminaram por induzir o governo Dilma a adotar as soluções apresentadas pelos setores ligados ao capital financeiro. Com isso, cresceu o espaço para a consolidação de uma narrativa ortodoxa hegemônica a respeito dos problemas nacionais, e que se propaga com fluidez através dos meios de comunicação. Para além das denúncias seletivas envolvendo os casos de corrupção da Lava Jato, o foco da imprensa passa a ser a criminalização das alternativas para a política econômica que não fossem as previstas na cartilha da ortodoxia.

Tudo pode ser resumido naquilo que passou a ser chamado genericamente de "irresponsabilidade fiscal". De acordo com as opiniões dos "especialistas" e articulistas vinculados ao financismo, tudo não teria passado de má fé e incompetência de um governo irresponsável e populista. E ponto final. O que o Brasil necessitaria é de uma equipe governamental com um perfil oposto e que contasse com o bem querer e a simpatia dos detentores do capital. Bingo!

Pouco a pouco, diversos representantes de setores que haviam compartilhado das benesses de poder desde a primeira eleição de Lula vão abandonando o barco de Dilma e do PT. Para comprovar tal incoerência aparente, basta olhar os nomes de boa parte dos ocupantes de ministérios e integrantes da base

de apoio governista no Congresso Nacional. Estavam com Dilma e ficaram com Temer.

O desenrolar dos acontecimentos é conhecido de todos nós. Consumado o golpe e o afastamento de Dilma, Temer assume o governo e resgata o programa elaborado pela Fundação Ulysses Guimarães do PMDB, presidida por Moreira Franco. As propostas constantes do documento "Ponte para o Futuro" consolidam a via liberal-conservadora para nossa crise, com especial atenção dedicada à saída do Estado da economia, em uma espécie de recuperação anacrônica dos desígnios do neoliberalismo já ultrapassado no resto do mundo.

O mote para viabilizar tal estratégia é a crise fiscal. Argumentando ao extremo a respeito de uma suposta falência orçamentária estrutural do Estado brasileiro, o novo governo apresenta um conjunto de medidas de redução do espaço público na economia. Assim, pretende-se promover a venda de ativos importantes das empresas estatais ainda existentes, como o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e a Petrobrás. Por outro lado, o estratégico "Programa de Parcerias de Investimento" (PPI) lança novas oportunidades de investimento privado em áreas de presença tradicional do setor público, como infraestrutura e energia.

O círculo se fecha com a profunda asfixia na maneira como se encara a busca de soluções para a situação fiscal. Ao manter a armadilha do superávit primário como plano orientador do voo, o governo continua mirando apenas no corte das despesas de natureza social e de investimentos no orçamento. Dessa forma, ficam livres para crescer os gastos de natureza financeira, envolvidos no pagamento de juros da dívida pública. Para o exercício atual, a previsão é de encerramento do ano com um déficit de R\$ 176 bilhões nas contas do governo federal.

Leia mais em:

<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/A-PEC-241-e-a-privatizacao/7/37079>